



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC :**

**UNIDADE:** Companhia Energética de São Paulo - CESP

**SECRETARIA:** Secretaria de Energia

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por ,

**DECISÃO OGE/LAI n.º 004/2016**

1. Tratam os presentes autos de pedido à Companhia Energética de São Paulo – CESP, número SIC em epígrafe, para acesso à cópia de boletos de táxi e reembolsos de despesas.
2. O ente demandado, inicialmente inerte, atendeu a demanda em fase recursal (fls. 3, 6/8). Ainda insatisfeito, interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, insistindo no pleito de justificativas para uso de táxi.
3. Instada a sanar a questão pendente, a Companhia esclareceu que a necessidade de deslocamento para realização de tarefas e serviços a bem da Empresa justificam o uso de táxi, sendo o recorrente devidamente comunicado a respeito (fls. 9/10).
4. No caso concreto, verifica-se que a justificativa do uso de táxi de modo individualizado exigiria a produção de informações, por parte da Companhia, o que desborda do âmbito da Lei de Acesso à Informação, salvo se tais justificativas já constassem de bases documentais às quais seria possível conceder acesso, não sendo esse o caso.
5. Cumpre relembrar que a Lei n. 12.527/2011, ao regulamentar o direito constitucional de acesso à informação, determinou a entrega imediata, mediante solicitação, das *informações disponíveis*, nos termos do artigo 11, **caput**, não sendo exigíveis trabalhos de produção ou tratamento de dados apenas para atendimento de pedido de acesso à informação. Constata-se, portanto, que a empresa demandada atendeu ao disposto no artigo 11 da Lei, no limite da disponibilidade de informações, concedendo acesso a todos os boletos de táxi solicitados.



FLS. OGE 12

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Ademais, registre-se ter sido agendado horário para que o interessado fizesse consulta presencial aos expedientes (fls. 09/10) correspondentes, de modo a afastar a hipótese de ter sido obstado o acesso pretendido.
7. Diante do exposto, prestadas as informações pertinentes e facultada consulta aos expedientes administrativos respectivos, **conheço do recurso**, por tempestiva apresentação, para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei Federal 12.527/2011, restando desatendidas, portanto, as hipóteses recursais previstas em artigo 20 e seus incisos, do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 15 de janeiro de 2016.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO